

## **GÊNERO E ATIVIDADE DOCENTE: AS DIFICULDADES DE PROFESSORES HOMENS NO TRABALHO COM CRIANÇAS**

*Diego Bacellar Souza<sup>id1</sup> e Andrea Sonia Berenblum<sup>id2</sup>*

### **Resumo**

O presente texto versou problematizar gênero dentro das escolas, partindo da inquietação sobre as dificuldades de homens na educação infantil, logo, suscitaram-se indagações norteadas pelo princípio de que nos anos iniciais ainda encontramos uma docência dedicada à infância como uma área profissional ocupada predominantemente por mulheres. Dado as circunstâncias, este trabalho objetiva propiciar uma reflexão fundamentada por pressupostos teóricos acerca da relação feminilidade e atividade docente e os reflexos negativos, bem como as dificuldades encontradas por professores homens nesta etapa de ensino. Os procedimentos teórico-metodológicos adotados estão subsidiados em princípios de pesquisa bibliográfica com uma análise do artigo científico "O homem pedagogo e o mercado de trabalho: oportunidades e desafios", que analisado numa perspectiva dos estudos de gênero, constatou as dificuldades de homens na docência das séries iniciais. Os resultados projetam necessidades de mais estudos e reflexões sobre a temática e revelam que o caminho para professores na Educação Infantil é longo, mas não é impossível, talvez até necessário.

**Palavras-chave:** Docência; Gênero; Professores Homens; Educação Infantil;

### **GENDER AND TEACHING ACTIVITY: THE DIFFICULTIES OF MEN TEACHERS IN WORKING WITH CHILDREN**

### **Abstract**

The present text aims to problematize gender within schools, starting from the concern about the difficulties of men in early childhood education, therefore, questions were raised guided by the principle that in the early grades we still find a teaching dedicated to childhood as a professional area occupied predominantly by women. Given the circumstances, this work aims to provide a reflection based on theoretical assumptions about the relationship between femininity and teaching activity and the negative consequences as well as the difficulties encountered by male teachers in this stage of education. The

<sup>1</sup>Mestrando em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ - PPGEA). Especialista em Gestão Estratégica de Investimento na Educação Básica (Fiocruz), Coordenador Pedagógico na Rede de Educação Santos Anjos.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada e pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atuando na linha de pesquisa Linguagem, cultura e educação do Laboratório de Estudos e Pesquisas Diálogos e Saberes Cotidianos do Instituto de Educação.



theoretical and methodological procedures adopted are based on principles of bibliographic research with an analysis of the scientific article "The man pedagogue and the job market: opportunities and challenges", which analyzed in a perspective of gender studies verified the difficulties of men in teaching in the initial series. The results project the need for more studies and reflections on the theme and reveal that the path for teachers in Early Childhood Education is long, but not impossible, perhaps even necessary.

**Keywords:** Teaching; Genre; Male Teachers; Preschool and kindergarten;

## 1. Introdução

A sociedade necessita da disseminação e idealização de saberes, além da formação do pensamento crítico, de conceitos, crenças e culturas, já que os sujeitos sociais constroem conhecimentos a partir de experiências e trocas de vivências e, dentre elas, têm importante destaque aquelas originadas nas vivências escolares da maioria dos cidadãos.

O ofício de professor tem em sua história um longo caminho de reconhecimentos e oficialização de sua profissionalização, e como sabemos, não há que se questionar o papel do mesmo na disseminação da educação e sua importância na formação de uma sociedade melhor.

Desta forma, pensar no professor é considerar sua função social na disseminação, através do ensino na escola, da apropriação de bens culturais e conhecimentos necessários à cidadania. Assim, o ideal é que o docente fomente nos indivíduos a transformação individual e coletiva, formando cidadãos éticos e reflexivos, o que em muito contribui com o processo educacional e social dos sujeitos.

Partindo destas reflexões, consideremos que a sociedade se constrói e reconstrói na disseminação da educação, em cujo cenário o professor e a professora têm um papel fundamental. Para isto, o professor e a professora no exercício da função, se propõe o ato de educar, que segundo Libâneo (2002 p. 26), pode ser considerado como, "[...] fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades".

São muitas as discussões sobre a educação na contemporaneidade, mas ainda assim percebemos o quanto precisamos avançar, porém, cabe a nossas reflexões o reconhecimento do ato de educar, para ensinar a importância do professor, assim como afirma Paulo Freire (2000, p. 85): "onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender". Logo, percebemos a escola como um local de construção de narrativas e de aprendizagens.

Dito isso, num estudo sistematizado, voltado para ótica gênero e buscando trazer a luz das discussões os processos de feminilidade na docência, tomaremos como problemática desta narrativa, as diferentes visões negativas postas sobre o gênero masculino e os desafios desses professores homens no exercício da docência nos primeiros anos da escolarização formal caracterizada

como educação infantil, espaço de trabalho predominantemente ocupado por mulheres.

Para o alcance do objetivo proposto, a metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica da produção científica "O homem pedagogo e o mercado de trabalho: oportunidades e desafios". Neste recorte, problematizaram-se os resultados desta pesquisa que investigou as oportunidades e desafios de homens licenciados em pedagogia, que numa perspectiva inclusiva apontou como desafio à docência nos anos iniciais para 5 homens pedagogos/docentes entrevistados. Além disso, apresentaram-se as visões de 38 pais de alunos no que tange aos professores homens como docentes nesta etapa de ensino.

Neste sentido, este texto se ancora em diversos estudos, especialmente em trabalhos teóricos de Nóvoa (1991,1995) e Vicentini (2009), que em seus textos trazem informações com relação à história da educação e o processo de profissionalização dos professores. Utiliza-se também os escritos de Claudia Pereira Vianna (1998, 2013), que discutindo gênero, sexualidade e docência, investigou a historicidade da feminização do magistério na educação básica, bem como seus desafios para a prática.

Outras duas teóricas importante, utilizadas neste estudo, são Judith Butler (2003), que demonstra uma inquietação quanto à normatividade heterossexual e apresenta investigações a partir das quais elabora conceituações do gênero e Guacira Lopes Louro, que em seus estudos provoca a reflexão permanente acerca da problematização da sexualidade e do gênero em contextos escolares.

## **2. Profissão docente no Brasil: um recorte histórico**

Podemos considerar que a profissão docente institucionalizada tem sua origem no período colonial, no ano de 1540, com a Companhia de Jesus, que desenvolveu uma significativa ação educativa, buscando a conversão dos índios e ensinando-os saberes básico da cultura europeia. Assim, a Companhia de Jesus incorporou os padrões europeus em terras brasileiras, que, com fins missionários, objetivavam a evangelização.

Seguindo a ordem católica, os jesuítas buscavam através de seus ensinamentos, seguidores na fé, mas a educação também era um intuito importante da citada ordem religiosa. A gênese da profissão docente pode ser encontrada no século XVI, sendo os professores em sua maioria religiosos, pois ainda havia sobre as escolas de ensino primário, e as escolas de formação para magistério o domínio da Igreja Católica.

[...] desde a chegada dos colonizadores o ensino concentrou-se nas mãos da Igreja, [...]. Este ensino ministrado pelas ordens religiosas nas missões e nos colégios fundados por elas destinava-se fundamentalmente à catequese e à formação das elites no Brasil. Desde a primeira escola de ler e escrever, erguida incipientemente lá pelos idos de 1549, pelos primeiros jesuítas aqui

aportados, a intenção da formação cultural da elite branca e masculina foi nítida na obra jesuítica (STAMATTO, 2012, p. 2).

O processo de gênese da profissão docente percorreu caminhos com entrelaçamentos políticos, culturais e religiosos desde os primeiros momentos do Brasil Colônia e mais especificamente nos meados do século XIX, com a declaração de Independência do Brasil em 1822 e a primeira Constituição outorgada em 1824, que em seu Art. 179, instituía que a “[...] instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”.

Com a estatização do ensino os docentes começaram a se profissionalizar e a se tornarem funcionários públicos. Em relação à normatização da profissão docente, afirma Nóvoa:

O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do padre. (NÓVOA, 1995. p. 15).

O processo evolutivo e de transformação política e cultural do país levou a sociedade a tomar novos rumos, o que não foi diferente com a educação. Nesse percurso ampliaram-se conceitos, visões e ações do professor, para tanto, no ato de educar no século XXI, o docente deverá apresentar uma formação técnica, científica, humanística, contribuindo no desenvolvimento do senso crítico e ético dos estudantes, priorizando o conhecimento a ser construído nos diálogos e nas trocas e concebendo a educação como um compromisso político de valores éticos e morais. Pimenta e Anastasious (2002) afirmam que nos processos de formação de professores:

[...] é preciso considerar a importância dos saberes das áreas de conhecimento (ninguém ensina o que não sabe), dos saberes pedagógicos (pois o ensinar é uma prática educativa que tem diferentes e diversas direções de sentido na formação do humano), dos saberes didáticos (que tratam da articulação da teoria da educação e da teoria de ensino para ensinar nas situações contextualizadas), dos saberes da experiência do sujeito professor (que dizem respeito ao modo como nos apropriamos do ser professor na nossa vida). Esses saberes dirigem-se às situações de ensinar e com elas dialogam, revendo-se, redirecionando-se, ampliando-se, e criando [...] são as demandas da prática que vão dar a configuração desses saberes (PIMENTA; ANASTASIOUS, 2002, p. 71).

Nesse contexto percebemos o quanto a formação docente deve ultrapassar a concepção de professor como transmissor de conhecimentos. No ato de educar ele se transforma nas possibilidades de criar meios e ambientes

de escuta, com participação, reflexão e formação, construindo novas formas de ver e pensar realidades.

Na formação e profissionalização da docência, tendo como pano de fundo os aspectos históricos anteriormente apontados, não nos restam dúvidas que este século espera do professor sua redefinição, sendo capaz de transformar informações em conhecimentos, e no exercício da docência, a formação de um sujeito proativo, criativo e crítico.

### **3. Feminização do magistério: uma amostra das mulheres na docência da educação brasileira**

No século XX, a docência veio a se constituir como um espaço feminino de ação profissional, “sendo que no magistério a quantidade de mulheres em relação aos homens já era superior a 80%” (HYPÓLITO, 1997).

A concepção de professora como “mãe educadora” somada aos cuidados na educação de crianças, caracterizados como extensão das atividades realizadas por mulheres, consolidaram a docência como espaço de atuação feminino, articulado a questões culturais do seu papel na sociedade, de forma que “as brasileiras foram incorporadas à docência sobre a base e a articulação das concepções de feminilidade e atividade docente, o que punha em evidência as diferenças de gênero existentes na sociedade”. (BATISTA; CODO, 1999, p. 64).

A identidade do docente percorreu uma historicidade de conflitos, retomadas, recuos, tensões, divergências e conquistas. Destacamos dentre eles: o estereótipo do trabalho por vocação, a massificação do ensino, e as condições de trabalho, que para os professores sempre foi motivo de lutas pelo reconhecimento e dignidade.

Esses elementos que influenciaram a forma de categorizar o magistério se constituíram ao longo dos anos. Como característica da profissão, encontramos também a concepção de docência como extensão das atividades maternas, contribuindo assim para a configuração de uma profissão que é majoritariamente exercida por mulheres. Neste contexto, Carvalho (1998) afirma:

Predomina uma função maternal e feminina na docência no curso primário colocando em relevo os aspectos formadores, relacionais, psicológicos, intuitivos e emocionais da profissão, frente aqueles aspectos socialmente identificados com a masculinidade, tais como a racionalidade, a impessoalidade, o profissionalismo, a técnica e o conhecimento científico. (CARVALHO, 1998, p. 5).

Considerações a respeito da feminização do magistério, como por exemplo, as representações sociais, a inserção profissional das mulheres e a possibilidade de uma renda certa e segura também devem ser destacadas para salientar a discussão dessa predominância da presença do sexo feminino na profissão.

Desta maneira, o nosso trabalho tomará por base as contribuições do conceito de gênero e suas implicações históricas, sociais e culturais, no intuito de promover a reflexão o lugar e o papel de homens do sexo masculino neste espaço.

Examinando a evolução histórica do trabalho docente, especialmente quando se trata da professora primária, percebe-se que a constituição dessa profissão em trabalho assalariado, o processo de funcionarização e sua transformação numa profissão exercida por mulheres são fenômenos que se apresentam como partes de um mesmo processo. Por isso, torna-se difícil analisar apenas um desses aspectos sem levar em conta os demais (HYPÓLITO, 1997, p. 48).

Refletindo a respeito da importância do professor na sociedade em sentido amplo e à luz das discussões teóricas consultadas, podemos refletir sobre a atividade de docência que, ao longo da história, atravessou diversos cenários de lutas políticas, sociais, econômicas e de poder, valendo lembrar o Brasil nos séculos XVIII e XIX como cenário da gênese do reconhecimento, da profissionalização e, acima de tudo, da identificação da presença feminina na docência. Assim, Vianna (2001) afirma:

No ensino desenvolvido sob a responsabilidade do Estado, no Brasil, a docência feminina nasce no final do século XIX relacionada, especialmente, com a expansão do ensino público primário. Nos últimos anos do Império, sobretudo a partir de 1860, mulheres assumem a função de professoras, fazendo parte do quadro de funcionárias públicas em várias províncias. Em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro a presença feminina no magistério público primário ganhou destaque (VIANNA, 2001, p. 84).

Diante dessas considerações, a identificação do magistério como atividade feminina mais especificamente no século XIX, provocou pouco a pouco o abandono dos homens das salas de aula nos cursos primários, o que conseqüentemente resultou na formação de maior número de mulheres (Vianna, op. cit.). "À medida que a profissão docente foi perdendo seu status em termos de prestígio e salário, foi sendo povoada pelas mulheres." (PUCCI, OLIVEIRA; SGUISSARDI, 1991, p. 63).

Nesta análise da diáspora dos homens das escolas de formação de docentes, analisam-se os aspectos de uma mudança de gênero, tendenciado a presença das mulheres na profissão, fato este que embora tenham transcorrido muitos anos, permite identificar reflexos de uma divisão de gêneros na docência até os dias atuais. Ao refletir sobre esta temática, Codo (1999, p. 64) ressalta: "Assim, as brasileiras foram incorporadas à docência sobre a base da articulação das concepções de feminidade e atividade docente, o que punha em evidência as diferenças de gênero na sociedade".



#### **4. Conceituando gênero: reflexões para o homem no exercício da docência**

Existem muitas visões negativas postas sobre o gênero masculino no exercício da docência nos primeiros anos da escolarização formal, espaço de trabalho predominantemente ocupado por mulheres. Somado a esta problemática, torna-se essencial e relevante conhecer os diferentes significados e representações da identidade de docentes homens que estejam atuando nestes primeiros anos de escolaridade, principalmente na educação infantil.

O conceito de gênero, segundo Louro (1997, p.15), deve ser claramente entendido e aprofundado, sendo possível, “considerar que os sujeitos podem adquirir várias identidades e estas serem constituídas por gênero”. Desta forma, homens e mulheres são diferentes não apenas em razão de sua sexualidade, mas no gênero, o que muito tem a ver com a cultura, com o momento histórico social vivido, e com a sociedade em que os indivíduos estão inseridos.

Diante do exposto, inerente à diferenciação entre os gêneros femininos e masculinos no trabalho, evidencia-se que dentro do ambiente escolar ainda se reproduzem preconceitos em relação à atuação de homens na docência dos anos iniciais do ensino fundamental.

Cabe às escolas, também, a promoção da igualdade de gênero, o que não significa anular as diferenças ou promover ideologias obrigando às pessoas a se encaixarem em parâmetros de comportamento como se existisse um único possível, e sim possibilitar aos sujeitos o direito ao respeito da liberdade de estilo de vida. Fomentar as reflexões de gênero nas escolas é promover ações de igualdade, buscando um diálogo para que todos e todas sejam respeitados e não rejeitados por suas escolhas e afetos.

Conforme Louro (1999), podemos afirmar que a escola é um espaço onde se constroem as diferentes opiniões e transmitem conhecimentos que em muito tem contribuído para a reprodução das relações desiguais entre homens/mulheres. Contudo, como a história é passível de mudança, cabe-nos, enquanto sujeitos formadores, ressignificar a realidade de desigualdade entre os sujeitos. Desta forma, no processo de formação dos sujeitos, a escola pode desenvolver ações para que os indivíduos desempenhem papéis de cidadãos ativos na manutenção das relações intersociais, desapropriando as formas engessadas e impostas de masculinidades e feminilidades.

Os gêneros são construções sociais dinâmicas, que mudam dependendo do momento histórico e cultural das comunidades, de uma sociedade para outra ou até mesmo dentro da mesma sociedade, logo, não existe um protótipo indiscutível do significado de ser homem ou mulher. Assim, Vianna (2001) salienta que:

Com maior ou menor ênfase em suas interpretações, todos esses usos do gênero têm em comum a afirmativa da construção social das distinções sexuais como forma de resgatar a produção cultural e histórica das diferenças sexuais e das relações entre homens e mulheres. A busca seria por superar o determinismo biológico, o qual, baseado apenas nas diferenças de sexo e reforçado por

argumentações provenientes da medicina e das ciências biológicas, tenta justificar a caracterização de mulheres e homens como seres qualitativamente distintos (VIANNA, 2001, p. 89).

Constantemente os grupos sociais rotulam outros grupos, forçando os sujeitos a se encaixem num determinado modelo ideal de feminilidade ou de masculinidade. A escola pode contribuir nessa discussão problematizando esses padrões constituídos historicamente e propondo a importância de desconstruí-los.

Criam-se vários estereótipos a respeito de homens e de mulheres e, no que tange à docência, este esquema categórico reproduz o estereótipo de uma realidade excludente para os homens que na escolha profissional optam por serem professores séries iniciais. O papel da escola, no que diz respeito a gênero, é tentar promover uma formação humana pautada nos princípios de igualdade, na tentativa de diminuir as diferenças e preconceitos entre homens e mulheres.

Segundo Scott (1995) e Almeida (1998), o termo *gênero* e a sua utilização surgiram nos movimentos e estudos feministas a partir de meados da década de 1970, sendo definido como uma construção social dos diferentes sujeitos, homens e mulheres. Alguns estudiosos identificam ainda que, além da gênese do conceito de gênero durante as manifestações do feminismo contemporâneo, o ideal é justamente a busca pela compreensão e pela superação da desigualdade entre os sexos.

Em nossa sociedade, as desigualdades entre homens e mulheres são fortemente atribuídas às distinções de sexo, com evidentes conotações biológicas. Assim, sexo remete às diferenças físicas entre homens e mulheres. Todos nascemos com algumas características que são específicas para homens e para mulheres: um exemplo é a capacidade das mulheres de procriar e amamentar. Muitas vezes essas características distintas são usadas pelos indivíduos na construção de um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais. Isso é o que chamamos de gênero (VIANNA; REDENTI, 1998, p. 96).

Coelho (2018) salienta que:

O termo “gênero” deriva da palavra latina *genus* e esta pode ser traduzida para o português como: “raça”, “tipo”, “variedade”. Este conceito teve seu uso restrito aos estudos da gramática até meados de 1970 quando o psicólogo neozelandês John Willian Money, em seu trabalho intitulado “Man & Woman, Boy & Girl” faz uso do termo dando a ele características muito próximas ao uso que fazemos contemporaneamente, atribuindo ao gênero as características culturais relativas ao sexo (COELHO, 2018, p. 26).



O entendimento do gênero como sendo uma construção social, sem estereótipos e julgamentos, ainda não é totalmente aceito em nossa realidade, sendo que em nossa sociedade muitas vezes compreendemos de forma errada as representações e escolhas dos diferentes sujeitos. Sendo assim, a partir das diferenças biológicas dos sexos “rotulamos”, excluimos e marginalizamos os indivíduos.

O que entendemos por gênero atualmente ainda é uma relação de diferenciação entre o sexo feminino e o masculino, ou seja, ainda existe uma concepção de gênero relacionada ao sexo, e não como sendo uma categoria construída socialmente, cultural e historicamente.

Gênero remete, portanto, a uma tentativa de incorporar, na análise, aspectos que são socialmente construídos, observando que cada cultura define o que é masculino e feminino. Ou seja, trata-se de definições mutáveis, que podem e, por vezes, devem ser alteradas (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 97).

Para a discussão sobre a problemática do gênero na docência no Brasil, propomos um olhar que permita superar a estigmatização e a necessidade de um entendimento das várias formas como os gêneros se constituem na sociedade, o que impõe abordar os contextos histórico, social e cultural. Como afirma Butler (2003):

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2003, p. 33).

A diferenciação de gênero vai muito além de características genéticas e físicas e de abordagens biológicas sobre sexualidades e requer discussões acerca das várias problemáticas que nela se articulam, isso porque as desigualdades e preconceitos que estão enraizados na sociedade são produzidos pelas relações de poder e nas relações de poder.

Incentivar o diálogo sobre a problemática do gênero no contexto escolar proporcionará o início da busca pela igualdade no âmbito social e educacional, focando na profissão docente séries iniciais da escolaridade, que na atualidade é maciçamente feminina. A relevância dessas ações deverá manifestar a gênese das desconstruções de padrões, formas, e estereótipos culturalmente construídos sobre a profissão docente, especificamente da educação infantil, na sociedade atual.

## 5. Metodologia

Para traçar um caminho e buscar elucidar as questões levantadas, realizou-se uma revisão de literatura, de natureza exploratória, com abordagem qualitativa.

A metodologia da pesquisa qualitativa é utilizada, em sua maioria, em investigações de fenômenos sociais, de comportamento humano e cultural, visando um conhecimento geral de determinado fato e, assim, emprega técnicas como questionários, entrevistas, narrativas, escritas ou orais.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1995, p. 21-22).

Segundo Oliveira, Filho e Rodrigues (2007), “atualmente a pesquisa qualitativa se destaca no meio científico ocupando um lugar peculiar no que se refere ao estudo dos fenômenos que envolvem os seres humanos no cenário social”. Desta maneira podemos considerar que esse método de investigação proporciona ao investigador a possibilidade de interpretar, compreender e entender o problema de pesquisa como fenômeno social e cultural.

Igualmente, numa abordagem investigativa, realizou-se um estudo comparativo do artigo científico “O homem pedagogo e o mercado de trabalho: Oportunidades e desafios”. O sugerido texto buscou, através de pesquisa de campo, problematizar a profissão pedagogo quando está sendo ocupada por homens.

Os sujeitos dessa pesquisa foram 05 homens pedagogos/docentes e 38 pais de alunos pertencentes às redes pública e privada de 03 municípios da região Sul-Fluminense do estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre do ano de 2018.

## 6. Análise e discussão: Preconceito com o homem enquanto docente, uma análise na região sul-fluminense RJ

Segundo os dados do Censo Escolar (INEP, 2016), a quantidade em número de mulheres professoras em relação ao número de homens professores no Brasil é expressivamente maior, o que confirma o ofício de uma profissão majoritariamente feminina. Os dados confirmam que a participação de homens na docência aumenta à medida que os anos aproximam-se das etapas finais.

Na educação básica brasileira, em números temos que os homens na docência em creches (0 a 3 anos), representam 2,3% do total de docentes. Na pré-escola (4 e 5 anos) são 4,8 %.

Já na segunda etapa do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) os homens professores estão em 10,7% e nos anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao

9º ano) o índice chega a 30,4%. Essa diferença proporcional, especificamente na educação infantil que compreende entre creche e pré-escola, também ficou registrado com o último Censo Escolar (INEP, 2017), existem aproximadamente 557 mil docentes atuando na Educação Infantil brasileira e, desse universo, somente 3,4% são homens.

É notória a diferenciação de gênero no âmbito da docência, o que vai muito além e requer discussões acerca do assunto. São muitas as desigualdades e conseqüentemente preconceitos com o professor homem na educação infantil, e muito embora ainda que encontremos pautas sobre essas discussões, preconizam conceitos errôneos.

Corroborando com as proposições anteriormente apresentadas, vale trazer a luz da problemática, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), e as Diretrizes Curriculares de Pedagogia, Resolução CNE/CP 01/2006. Em suas legalidades, esses documentos reafirmam a compromisso e a objetividade da formação docente especificado para a educação infantil, indicando respectivamente as seguintes proposições:

**Art. 62.** A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996).

E também:

O Curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006).

Deste modo, mesmo com apontamentos levando as escolas a serem marcadas pela presença feminina, a LDB 9394/96 e as DCN-Pedagogia apresenta em relação à docência, uma ação direcionada para a educação infantil. Para esta atividade, não se valida nenhuma divisão do gênero direcionando o fazer docente para o professor ou para a professora, logo, como salienta Aguiar (2019), “na legislação mencionada não há distinção entre homens e mulheres, todavia qualquer ser humano pode ser docente, desde que possua formação específica para exercer o magistério”.

No que tange a Educação Infantil, ainda sobre os aspectos legislativos, consideramos os arts. 4º, 29 e 30 da LDB 9394/96 que estabelecem a educação infantil compreendendo como a creche e pré-escola (0 a 05 anos de idade).

Nesta perspectiva temos também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, que partindo da LDB,

veio trazer as definições sobre metodologias, normas, princípios, fundamentos e procedimentos a serem adotados pelas escolas na organização e desenvolvimento de suas propostas pedagógicas.

Para a atualidade, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que para a educação infantil aborda uma série de habilidades e competências que as crianças devem assimilar na vida escolar, desta maneira, a Educação Infantil desempenha um papel imprescindível na promoção do desenvolvimento infantil na sociedade, o que vai muito além do cuidar e educar. Há uma singularidade no papel da educação escolar infantil na formação e desenvolvimento humano da criança, como afirma Martins e Cavalcante:

Considerando a infância como um período que também prepara a criança para a vida adulta, em cada fase etária caberá à escola um papel própria formação. Daí resultam diferentes identidades de cada segmento escolar. A Educação Infantil possui uma identidade distinta do Ensino Fundamental, que por sua vez se distingue do Ensino Médio e assim, sucessivamente. (MARTINS; CAVALCANTE, 2005, p. 12).

Em consonância com os desdobramentos do Censo Escolar (2016, 2017), e pautado nas elucidações de autores e documentos legais da educação brasileira, problematizamos as proposições da produção científica "O homem pedagogo e o mercado de trabalho: oportunidades e desafios".

O texto observado baseou-se em pesquisa de campo, e como resultado apresentou elucidações a respeito das tensões, dificuldades e dilemas de professores homens séries iniciais, logo, refletindo resultados específicos da docência na educação infantil. No momento da pesquisa identificaram-se as dificuldades do gênero masculino na profissão.

Para os homens pedagogos/professores foram perguntados: 1- Qual o ano de conclusão do seu curso? 2- Está no mercado de trabalho? 3- Atua na profissão de pedagogo no mercado de trabalho? 4- Você percebe que há diferença e/ou dificuldades por questões de sexo masculino na profissão pedagogo? 5- Você percebe preconceitos com o homem pedagogo no mercado de trabalho? Os 05 pedagogos/professores entrevistados concluíram seu curso de graduação entre os anos de 2013 e 2016, e para a pergunta de número 2 (Está no mercado de trabalho?), todos estão, porém, 03 dos entrevistados estão na docência (resposta a pergunta de número 04), o que para Silva et al. (2020):

Certamente o número de mulheres pedagogas é expressivamente maior que os homens no campo em que se aplicou a pesquisa, e mesmo em número muito reduzido os poucos não estão em maioria executando sua formação, dos cinco homens pedagogos alcançados, dois não estão na sua área (SILVA et al., 2020, p. 160).

As informações corroboram para uma tendência da presença marcante de mulheres na docência da Educação Infantil, o que para Aguiar (2019), "nada

impede que os homens sejam inseridos em tais espaços por meio de concursos públicos ou contratos com escolas privadas”.

Corroborando com as considerações, numa discussão mais específica sobre gênero, quando questionados aos pedagogos/professores sobre suas visões a respeito da diferença entre homens e mulheres na profissão (pergunta de número 04 - Você percebe que há diferença e/ou dificuldades por questões de sexo masculino na profissão pedagogo), quatro dos sujeitos em pesquisa responderam que sim, efetivando então o que colocamos como uma visão heteronormativa na profissão docente, consequentemente um olhar de preconceitos, que para Aguiar (2019), “quando há a divisão sexista mencionada por um dos respondentes, comprova a não aceitação do outro, surgindo desta maneira o preconceito”. Para Silva et al. (2020):

Certamente apropriar-se de um mercado de trabalho até então dominado pelo universo feminino, desafio para o pedagogo homem, é muito desafiador (não se faz aqui um discurso generalista e nem juízo de valor, ainda que seja comum uma visão normativa e moldada por um pensamento de gênero que “proíbe” que as pessoas façam suas escolhas) (SILVA et al., 2020, p. 160).

Os apontamentos de uma visão de preconceito com homens na docência também se evidenciaram na pergunta de número 05 (Você percebe preconceitos com o homem pedagogo no mercado de trabalho?), as respostas foram às mesmas da pergunta de número 04, responderam que sim. Sobre essa vertente Silva et al. (2020) diz:

Essas respostas corroboram com o pensamento de que os preconceitos com o sexo masculino na profissão é um dos maiores desafios para os homens formados em Pedagogia, o que não deixa de ser e causar as diferenças e as dificuldades na profissão (SILVA et al., 2020, p. 161).

Sabemos que homens, quando na profissão de pedagogos, são alvos de olhares moldados pelo protótipo feminino deste profissional, e nisto as indagações percorrem todo o cenário escolar e docente podendo causar um desconforto para o homem na docência.

Nesta ocasião, também foi apresentado um questionário com algumas perguntas (1- Qual a idade do seu filho(a)? 2- O sexo do filho(a)? 3- Na trajetória escolar do seu filho(a), alguma vez ele já teve um professor homem? 4- Supondo que você pudesse escolher quem daria aula para o seu filho, nesta situação você escolheria um professor, uma professora ou é indiferente?), para responsáveis de alunos. Foi pesquisado um total de 38 pais, sendo 10 da rede privada e 28 da rede pública municipal.

Segundo Silva et al. (2020), “a idade dos alunos (pergunta 01), varia entre 02 anos e 14 anos, e são em maioria meninas (pergunta 02)”.

Quando perguntado sobre a trajetória escolar do seu filho, e se o mesmo já tenha tido professor homem, conforme a pergunta de número de número 03



e 04, ainda “que subjetivo e por motivos não investigados, 11 dos 38 responsáveis em pesquisa assinalaram em caso poder escolher, ser o professor do seu filho uma mulher” (SILVA et al. 2020, p. 163). Os referidos autores ainda ressaltam:

Outra relevância é que quando houve escolha por uma professora para o filho de sexo masculino, esses não apresentaram idades maiores que 11 anos. Aos responsáveis que na preferência escolheram uma professora, mas seus filhos são do sexo masculino, podemos assimilar a educação que vem junto do cuidar. Neste sentido, por vezes, acreditam os pais que os homens professores não têm a dedicação como a das professoras com a característica maternal, principalmente quando com alunos de 0 a 6 anos de idade (SILVA et al., 2020, p. 163).

Essa ausência ou falta de experiência da figura masculina no dia a dia escolar, pode incentivar olhares tendenciosos a uma professora, como podemos observar na fala de Silva (2011), considerando que:

[...] as desigualdades entre gêneros masculinos e femininos são marcadas e reproduzidas no ambiente da educação infantil, principalmente na construção da profissão docente, pois a figura feminina [...] condiciona a forma de atuação profissional, revelando um conteúdo ideológico, o mito da mãe-professora, que é capaz de amar incondicionalmente as crianças como se fossem seus filhos e filhas. Quanto mais ligada essa ideia de professora-mãe, mais difícil é a aceitação de homens e mais associada a características femininas a ocupação, o que explicaria essa visão de maternagem e essa resistência das famílias à presença dos homens como docentes da educação infantil (SILVA, 2011, p. 105).

Porém, cabe-nos a apropriação do que diz Silva et al. (2020):

É na escola e para a escola que precisamos iniciar a construção de um pensamento que agora e futuramente coloque como normalidade a presença de homens nos espaços de trabalhos de mulheres e vice-versa. É através da escola que iniciaremos a formação de indivíduos repensando no seu papel social para que não sejam causadores e nem vítimas de preconceitos, desigualdade, falta de respeito e desconhecimento de suas escolhas futuras (SILVA et al., 2020, p. 164).

Nesse sentido, percebemos a necessidade de revertermos as “formas” que a sociedade impõe sobre o professor homem em suas funções, principalmente no campo de trabalho da educação Infantil, “até porque é nesta instituição que devemos pensar e repensar a importância dos diálogos e as desconstruções de estereótipos sobre homens, mulheres e gênero” Silva et al. (2020).



Para Aguiar (2019), “Quando presenciamos em nossa cultura mais mulheres na docência da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental do que homens, criamos um imaginário social que homens não podem ocupar esses espaços” por isso precisamos refletir sobre os caminhos e as novas configurações da profissão docente. Uma vez que ser professor na Educação Infantil esteja nas relações de gênero com o universo feminino, cabem reflexões quanto à entrada de homens numa profissão até então “para” mulheres. Nisto sabemos que são grandes os desafios que precisam ser enfrentados por homens quando sua escolha é ser professor da Educação Infantil.

## **7. Considerações finais**

Analisado os fatos e proposições, fica clara a necessidade de novas discussões e trabalhos na busca da normalização dos docentes homens nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como a importância das relações de gênero e seus debates iniciando na educação infantil.

Sendo assim, sobre as concepções de gênero, Butler (2003) compreende como sendo não inerte, nem estável, não tendo um destino exato ou estereotipado em determinados sexos, não apresenta coerência e coexistência histórico-social. Isso porque o gênero é construído e reconstruído ao longo do tempo e a partir de práticas que regulam as normas sociais.

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. (BUTLER, 2003, p. 26).

Ainda assim, mesmo dentro de uma construção cultural, o conceito de gênero postula de certa forma determinismo de locação dos sujeitos na sociedade, colocando-os dentro do que aparentemente deve ser o padrão social, o que produz diferenças ideologicamente afirmadas como naturais.

O diálogo com os professores homens e com pais/responsáveis, segundo a metodologia utilizada nessa pesquisa, consistiu numa experiência singular, que possibilitou pensar para além das questões de docência e gênero. Com essas problematizações, destacamos as dificuldades e os desafios dos professores homens nos anos iniciais, como também trazemos para explanação a necessidade de ressignificarmos o nosso olhar para a educação infantil, mais precisamente do homem no trabalho com crianças.

O caminho para professores na educação infantil é longo, mas não é impossível, talvez até necessário. Neste sentido, implica a necessidade de diálogos, pesquisas e ações para esta problemática, para que este espaço da primeira infância, visto com estranhamento para homens, seja o cenário de

representações de pluralidade, inclusão, respeito e neutralização de qualquer preconceito “para que não sejam causadores e nem vítimas de preconceitos, desigualdade, falta de respeito e desconhecimento de suas escolhas futuras” Silva et al. (2020, p. 164).

Dito isso, ainda que a realidade dos professores homens na educação infantil tenha ganhado espaço e notoriedade, ela ainda se revela como um cenário pernicioso para os mesmos, sendo, portanto, comum haver uma certa resistência por parte deles quanto à sua permanência e realização nesse campo profissional.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jonathan Fernandes. “Uma escola para todos: homens no magistério também ocupam este espaço”. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 5, n. 2, p. 59-72, jul./dez.2019.

BATISTA, Anália; CODO, Wanderley. “Crise de Identidade e Sofrimento”. In: CODO, Wanderley. **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 60-87.

BUTLER, Judith. **Problema de Gênero – feminismos e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BRASIL. **Referencial Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. vol. 3.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. Brasília, DF: Senado Federal, 20/12/1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 mai. 2006. Seção 1, p. 11.

CARVALHO, Marília. **“Gênero e política educacional em tempo de incerteza”**. In: HYPOLITO, A. e GANDIN, L. (orgs.). Educação em tempos de incertezas: Belo Horizonte: Autentica 1998.

CENSO ESCOLAR. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores/censo-do-professor>. Acesso em: 31 jan. 2021.

COELHO, Mateus Gustavo. **Gêneros desviantes: o conceito de gênero em Judith Butler**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2018.



CODO, Wanderley. **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo. Editora Cortez, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. "Gênero, história e educação: construção e reconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Lígia Márcia; CAVALCANTE, Maria Regina. **Cadernos CECEMCA: Educação Infantil: Saberes pedagógicos**. Bauru, Unesp/MEC, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, Antônio. **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

NÓVOA, Antônio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 109-139. 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. & ANASTASIOUS, Graças Camargo. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos; SGUISSARDI, Valdemar. O processo de proletarianização dos trabalhadores em educação. **Teoria & Educação**, Porto Alegre: n. 4, p. 91-108, 1991.

SILVA, Peterson Rigato. A presença masculina na Educação Infantil: diversidade e identidades na docência. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2011, v. p. 105-120.

SILVA, Renan Mota; SOUZA, Diego Bacellar; VITA, Gilmar Ferreira; BERENBLUM, Andrea Sonia. "Homem pedagogo e o mercado de trabalho: oportunidades e desafios". **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 148-164, jan./jun. 2020.



SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910)**. Disponível em:

<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf> Acesso em: 30 mar. 2021.

VIANNA, Claudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

VIANNA, Cláudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: Yannoulas, Silvia Cristina. (Org). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013, p. 159-180.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

Recebido em: 29 de janeiro de 2022.

Aceito em: 05 de maio de 2022.

Publicado em: 27 de maio de 2022.